

Lançada brochura “As 100 perguntas mais frequentes sobre o CIRPS”



A brochura “As 100 perguntas mais frequentes sobre o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRPS)”, pretende trazer subsídios com vista ao esclarecimento de algumas questões que tem sido colocadas sobre este novo código.

Pág. 4

AT assina memorandos de entendimento



A cooperação entre a AT e diversas organizações, mediante assinatura de memorando de entendimento, tem permitido uma maior divulgação da importância do cumprimento das obrigações fiscais.

Pág. 3

Estudantes finalistas homenageam o Dr. Rosário Fernandes



Em reconhecimento ao trabalho bem sucedido da instituição que dirige e ao seu brio profissional, os finalistas da Universidade Politécnica elegeram, para este ano, a figura do Dr. Rosário Fernandes como sua fonte de inspiração pessoal e profissional.

Pág. 6

TRIBUTÁRIO



• Gabinete de Comunicação e Imagem | DIRECTOR: Lemos Formiga | EDIÇÃO N°87 | Setembro -2014 | Maputo - Moçambique •

Contribuinte 3 milhões!



Tendo, a AT, partido com 391.000 contribuintes em todo território nacional – em 2006, aquando da sua criação –, é caso para dizer que houve uma evolução bastante significativa no alargamento da base tributária.

Pág. 17

Presidente da AT profere palestra sobre ensino técnico >>

O Presidente da Autoridade Tributária proferiu uma palestra direccionada aos alunos da Escola Secundária Josina Machel, inserida na passagem da Semana do Ensino Técnico.

Gala Final do “Miss entre escolas” >> A 9ª edição do “Miss entre escolas”, realizada sob o lema “Promovendo a Cidadania Fiscal”, constituiu um espaço valioso de disseminação do imposto.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

• O novo serviço da Autoridade Tributária de Moçambique que visa esclarecer todas as suas dúvidas sobre o Sistema Tributário Moçambicano, onde voce estiver, sem precisar de enfrentar filas e economizando tempo.

• Horário de funcionamento
7:30h às 15:30h



Ligue:
1266
(Válido para todas operadoras)
linhadocribeinte@at.gov.mz





A NOSSA MISSÃO

Colectar receitas para financiar as actividades públicas, promovendo a eficácia, eficiência e equidade na aplicação da política tributária, incluindo a aduaneira, garantindo uma maior comodidade aos contribuintes no cumprimento das suas obrigações, bem como proteger a economia e a sociedade.

A NOSSA VISÃO

Tornarmo-nos referência nacional e internacional na prestação de serviços de primeira qualidade, na colecta de receitas e na promoção e protecção da economia e da sociedade.

OS NOSSOS VALORES

Confiança, respeito mútuo, equidade, integridade, transparência, cortesia, dedicação e excelência.



Bem haja o contribuinte 3 milhões!

Na presente edição destacamos a premiação do contribuinte 3 milhões, por sinal uma criança de quem se espera venha a exercer a sua contribuição fiscal no futuro, quando efectivamente estiver em condições de pagar o imposto.

Com efeito, a AT logrou registar, no pretérito mês de Agosto, 3 milhões de contribuintes registados em todo o território nacional, o que consubstancia um crescimento significativo na cadastração fiscal.

É certo que esta cifra não espelha o volume de pessoas potenciais a pagar o imposto, tendo em conta que o detentor do Número Único de Identificação Tributária pode não estar em idade ou capacidade fiscal de pagar o imposto. Contudo, em termos do nível de acção contributiva na massa fiscal houve um crescimento assinalável, se tomarmos como base os anos de 2006 e 2007 em que o nível de acção contributiva situava-se nos 10% a 11%, sendo que no presente momento o mesmo situa-se nos 20% a 21%.

Este feito deve-se ao trabalho incansável de cadastração fiscal e às campanhas de educação fiscal e popularização do imposto em todo o país. Deve-se, também, a todo um esforço de instalação de unidades de cobrança do imposto cada vez mais próximas do contribuinte, garantindo-lhe maior comodidade no cumprimento das suas obrigações fiscais.

Todavia, se olharmos para os 47% da população moçambicana – dos cerca de 25 milhões de habitantes – potenciada para pagar o imposto, podemos compreender que há, ainda, um universo da população que continua à margem do exercício da fiscalidade. Portanto, continuemos engajados na atracção de mais contribuintes com vista a robustecer a carteira fiscal!

O Director

Lemos Formiga

Revista de Imprensa

AT premeia contribuinte nº 3 milhões “promoção da cidadania fiscal e aduaneira” (Debate Online, 11/09/14)

A Autoridade Tributária (AT) realizou recentemente, no Estádio Nacional de Zimpeto, a cerimónia de premiação do contribuinte nº 3 milhões. Na ocasião a empresa tributária moçambicana assinou três memorandos de entendimento com a liga feminina de futebol (LFF), a Actionaid Moçambique e a fundação para a cidadania, visando a promoção da cidadania fiscal e aduaneira, através da educação fiscal e popularizada do imposto para o alargamento de base tributária.

(Debate Online, 11/09/2014)

JUE colecta 57. 000 milhões de meticais “Nos últimos três anos” (Dossiers e Factos, 08/09/14)

Pouco mais de 57. 000 milhões de meticais provenientes de receitas aduaneiras coletados, através da Janela Única Electrónica (JUE), desde o início de sua implementação, em Setembro de 2011 até 29 de Agosto do corrente ano

(Dossiers e Factos, 08/09/2014)

Receitas fiscais crescem 30% para a mais de 100 bilhoes Mt “ País a 33% de cumprir a meta fiscal de 2014” (O País, 15/09/14)

De Janeiro a Agosto, foram arrecadados e transferidos para a Conta Unica do Tesouro mais de 100.7 bilhoes de meticais, o que coloca o país em um terço (33.3%) do cumprimento da meta do orçamento Rectificativo.

(O País, 15/09/2014)

IVA divide mineradoras e Estado “dívida tributaria” (O País, 04/09/14)

O reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não é um problema recente, mas, com a entrada de multinacionais em Moçambique, já começa a tirar o sono à Autoridade Tributária, que parece não ter fundos programados para devolver às empresas: Rosário Fernandes diz que o valor reclamado pelas empresas não é real e que as multinacionais não devem pensar que terão tratamento diferenciado das outras empresas, no quadro do reembolso do IVA.

O País, 04/09/2014)

Ficha Técnica

PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique

PRESIDENTE:
Rosário B. F. Fernandes

DIRECTOR:
Lemos Formiga

CHEFE DE DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
Haydn Joyce David

COORDENADOR EDITORIAL:
Bernardino de Sousa Manhaussane

REDACÇÃO:
Bernardino Manhaussane, Ricardo Nhamumbo, Helmano Nhatitima, Milco Matavele, Geraldina Mabilila, Taissone Rangeiro, Anacleto Bila

MAQUETIZAÇÃO : Hanylton Teixeira da Costa

ENDEREÇO/CONTACTO:

Av. Albert Lithuli, Nº 2815, R/C, gcimagem@at.gov.mz | gcimagemat@gmail.com | Telefax: 21 404939
MAPUTO - MOÇAMBIQUE



Twitter.com/gcimagem_at



facebook.com/Autoridadetributaria



cidadaniafiscal.blogspot.com

AT PREMEIA CONTRIBUINTE 3 MILHÕES

Por: Anacleto Bila



Berina Maurício Bernardo, a contribuinte 3 milhões, expressando o seu agradecimento pela premiação

A Autoridade Tributária de Moçambique realizou no dia 5 de Setembro do ano em curso, no Estádio Nacional de Zimpeto, na Cidade de Maputo, uma cerimónia de premiação da contribuinte 3 milhões. A mesma foi presidida pelo Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes.

A cerimónia contou com a presença de diversos quadros da AT, entre membros do Conselho Directivo, e funcionários representando os diversos níveis da instituição, que se fizeram presente para testemunhar um dos principais objectivos alcançado pela instituição, o alargamento da base tributária, que atingira a casa dos 3 milhões.

A premiada, de nome Berina Maurício Bernardo, uma criança que ainda, não possui idade para exercer a sua contribuição fiscal, pagando o imposto, recebem, na ocasião, das mãos do Presidente da AT, diversos presentes, entre eles, material escolar, material de recreação, uniforme escolar, entre outros.

Na ocasião, o pai da menina, Maurício Bernardo considerou aquele evento, “um momento único e ímpar para a sua família” e também enalteceu o esforço empreendido pela AT no alargamento da sua base tributária.

Para o Presidente da AT, Rosário Fernandes, o facto da AT ter logrado registar um pouco mais de 3 milhões de contribuintes, consubstancia um crescimento significativo na cadastração fiscal. Acrescenta, que apesar da cifra de 3 milhões não reflectir no volume de pessoas potenciadas a pagar o imposto, todavia, o nível de acção contributiva ao longo dos 8 anos de existência da AT, sofreu um crescimento assinalável.

Importa, referir que os prémios oferecidos a contribuinte 3 milhões, Berina Maurício Bernardo, também foram oferecidos a sua irmã gémea, que a acompanhava na ocasião. [BT]



Berina Maurício, exibindo o protótipo do seu cartão de NUIT



Momento em que a menina Berina, com emoção, recebe os prémios



Pai da galardoada, expressando palavras de gratidão



Mãe da galardoada, agradecendo pelo gesto



Morreira Chonguiça, dando brilho ao evento



Foto para a posteridade, entre a família da galardoada e funcionários da AT

AT ASSINA MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

Autoridade Tributária de Moçambique assinou recentemente um memorando de entendimento com três organizações da sociedade civil, visando a sensibilização e consciencialização sobre a cidadania e relevância do contributo de todos, particularmente dos mega-projectos para a receita nacional através do pagamento devido e justo de impostos. O evento teve lugar do dia 5 de Setembro do corrente ano, na cidade de Maputo.

Por : Milco Matavele



Membros do Presidium da cerimónia de premiação da contribuinte 3 milhões, destacando-se o Presidente da AT, Rosário Fernandes, ao centro.

Trata-se da Action Aid, da Liga Feminina de Futebol e da Fundação para a Cidadania, dos quais vão se juntar aos outros memorandos já assinados, sendo que destes 75 por cento são de educação fiscal e sensibilização da cidadania fiscal, no quadro da sua política de popularização do imposto.

Intervindo após o acto, o Presidente da AT, Rosário Fernandes, disse que estes memorandos visam a massificação e popularização do imposto.” Assinamos hoje três memorandos, tendo como base o nosso esforço em tornar a mensagem

da cidadania fiscal mais abrangente, por isso através dessas instituições, queremos consciencializar aos moçambicanos sobre a importância da contribuição fiscal”, disse Fernandes.

Segundo ainda Fernandes, a necessidade de se potenciar a sensibilização e consciencialização sobre a cidadania e a relevância do contributo de todos, particularmente dos mega-projectos, para a receita nacional através do pagamento devido e justo.

Por seu turno, o representante da Action Aid, Amad Sucá, disse que o memorando

entre as duas instituições tem como objectivo a partilha de base de dados, com enfoque no sistema de informação e a justiça fiscal.” Este memorando significa a sociedade civil ter acesso privilegiado a informação sobre o sistema fiscal e sobre a tributação em Moçambique”. A exploração sustentável de recursos e a tributação justa poderiam contribuir positivamente para o crescimento sustentável e a redução da pobreza, acrescentou Sucá.

“A questão dos mega-projectos foi o que nos motivou com mais de 25 organizações da sociedade civil lançarmos a campanha justiça fiscal, que prevê, entre outros objectivos, advogar junto do Governo para que as receitas provenientes dos impostos sejam usadas de forma justa e transparente, assegurando que as prioridades das pessoas mais pobres sejam adequadamente endereçadas e sanadas”, sublinhou Sucá.

Victor Dimas, representante da Liga Feminina de Futebol, disse por sua vez que a liga assume com a AT, através do futebol, a promoção da cidadania fiscal com recurso a educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto.

“É uma parceria pertinente que hoje celebramos, porque conforme todos sabem o



Momento da assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e a Action Aid



Momento da assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e a Fundação Cidadania



Momento da assinatura do Memorando de Entendimento entre a AT e a Liga Feminina de Futebol

futebol é uma modalidade desportiva que movimenta massas e através desta festa que é a nossa liga, queremos transportar esta mensagem para que mas cidadãos tomem consciência das suas obrigações fiscais”, frisou Dimas.

Por sua vez, o Presidente da Fundação para a Cidadania, Sinai Nhatitima, disse

que o memorando que as duas instituições assinaram tem como objectivo promover a cidadania fiscal, ou seja direitos e deveres dos cidadãos.

“Um dos deveres da cidadania é cumprir com as obrigações fiscais, por isso assinamos este memorando com vista a promoção da cidadania fiscal, bem como a po-

pularização do imposto, porque não basta que o cidadão tenha consciência que e que exerça esse direito, o pagamento do imposto é um dos deveres importantes que se deve cumprir”, sublinhou Nhatitima. [BT]

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA A 34% DE ATINGIR A META DO ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

Por: Milco Matavele



Rosário Fernandes, Presidente da AT, discursando aos presentes.

Autoridade Tributária canalizou para os cofres do estado até ao dia 31 de Agosto do corrente ano, mais de 100 biliões de meticais, e que em termos estatísticos significa que a AT esta a 34% da meta do Orçamento Rectificativo da Lei Orçamental, que passou dos anteriores 147.3 mil milhões de meticais para os 153.1 mil milhões de meticais, após a aprovação do Orçamento Rectificativo de 2014.

“Nós já transferimos para os cofres do estado, mais de 100 biliões de meticais. É com enorme orgulho nacional que dizemos isso pela contribuição para a sustentabilidade do Orçamento do estado”, sublinhou Fernandes.

Para Rosário Fernandes, este resultado surge com o coroar dos esforços que a instituição esta a empreender com vista a

sensibilização e educação sobre a cidadania fiscal. Até ao dia 4 de Setembro tínhamos registados 3.069,195 contribuintes em todo o país, mas não estamos satisfeitos, porque temos ainda muito trabalho para realizar, uma vez que somos 25 milhões de habitantes, dos quais 77% ainda não estão cadastrados para o efeito de imposto sobre rendimento.

Ainda Fernandes, desde 2006 até então a fasquia de contribuintes duplicou dos 11 para 23%, através das políticas de sensibilização e educação fiscal, tornando o posto fiscal mais próximo do contribuinte. Apesar deste crescimento, Moçambique em termos de receita fiscal, ainda está a aquém dos propósitos da competitividade regional e global, apesar de estar acima de alguns países como Botswana e Tazania.

“Apesar do nosso PIB ser 25 vezes menor que da Africa do Sul, o nosso interesse é competir com a Africa do Sul, para podermos almejar competir com o Mundo e para tal temos que ter uma produção bruta mais progressiva”, acrescentou Rosário.[BT]

LANÇAMENTO DA BROCHURA “AS 100 PERGUNTAS MAIS FREQUENTES SOBRE O CIRPS”

Por: Anacleto Bila



Augusto Tacaríndua, Director Geral dos Impostos, dando considerações em torno da Brochura “As Perguntas Mais Frequentes sobre o CIRPS”

No âmbito do evento de premiação da contribuinte 3 milhões, a AT aproveitou-se da ocasião para proceder ao lançamento da brochura sobre as “100 perguntas mais frequentes sobre o Código de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (CIRPS)”.

A apresentação da brochura aos convidados no evento, esteve a cargo do Director Geral dos Impostos, Augusto

Tacaríndua, e do Director Geral do Controlo Interno, Ilídio Guibalo.

Na ocasião, Augusto Tacaríndua referiu-se que a brochura visava trazer um “instrumento que possa permitir que cada um, pelos menos, relativamente, a aquelas questões mais frequentes, mais comuns, se faça um esclarecimento em todas as vertentes”.

“Esta brochura não vem substituir, de



Participantes, apreciando a brochura

forma alguma, as leis, os códigos. Mas, simplesmente trazer uma explicação de tudo quanto estes instrumentos legais apresentam”, acrescentou, Augusto Tacaríndua.

De referir que, coube ao Director do Controlo Interno, Ilídio Guibalo fazer o resumo da brochura, explicando algumas das questões mais pertinentes e que são consideradas mais frequentes.[BT]



Ilídio Guibalo, Director Geral do Controlo Interno, dando explicações sobre o conteúdo da brochura



**Abra e estenda as mãos,
contribuindo para
o desenvolvimento
do nosso país**

**Pague o imposto e cumpra com
as suas obrigações fiscais**

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

NA CERIMÓNIA DE QUEIMA DE FITAS DE ESTUDANTES FINALISTAS DA UNIVERSIDADE POLITÉCNICA

DR. ROSÁRIO FERNANDES ESCOLHIDO COMO “PADRINHO”



Rosário Fernandes, exibindo o quadro de recordação a si oferecido, contendo a fita; ao seu lado, Lourenço do Rosário, Reitor da Universidade À Politécnica

A Universidade Politécnica realizou, no dia 11 de Setembro, na Cidade de Maputo, a cerimónia de queima de fitas, antecedida de uma marcha, envolvendo estudantes finalistas daquela instituição de ensino, os quais escolheram como padrinho para este ano, o Dr. Rosário Fernandes, Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique.

Justificando a escolha do Dr. Rosário Fernandes como padrinho dos estudantes finalistas, o Reitor da Universidade Politécnica, Dr. Lourenço do Rosário, afirmou que o Dr. Rosário Fernandes é uma das figuras mais íntegras do país. “O Dr. Rosário Fernandes é uma figura impoluta, por isso mesmo nos sentimos honrados por contar com a sua presença”, disse do Rosário, para depois acrescentar que “Es-

tando na Universidade Politécnica o Dr. Rosário Fernandes vai dar um exemplo aos estudantes que vão entrar na vida profissional, sobre como agir sem manchar a dignidade”.

Debruçando-se acerca do simbolismo do acto de queima de fitas, o Dr. Lourenço do Rosário referiu que os rituais são importantes porque têm o condão de unir as pessoas como uma família. “O baptismo do caloiro e a queima de fitas são o abrir e o fechar do ciclo universitário dos estudantes. Ao queimarem as fitas significa que ficam ligados a esta universidade mas purificaram-se de todo o sofrimento que vocês passaram por aqui, porque estudar é, também, um sofrimento”.

Por seu turno, a Presidente da Associação

Académica da Universidade Politécnica justificou a escolha do Dr. Rosário Fernandes por este ser uma figura digna de homenagem. “A associação que presido pensou em alguém que pudesse inspirar os jovens finalistas, e para tal foi eleito o Dr. Rosário Fernandes, que foi várias vezes homenageado como figura do ano. Então, nós achamos que seria uma pessoa indicada para falar com os finalistas sobre o trajecto de vida, falando da sua experiência”, rematou.

Segundo a Presidente da Associação Académica, a queima de fitas – uma prática que simboliza a despedida dos estudantes – é uma tradição que foi criada em Portugal nos anos 50. “Nós recriamos à nossa maneira em Moçambique. A Universidade Politécnica, cultivando actividades culturais e extracurriculares, procura, desta forma, dotar os estudantes do ensino superior”, acrescentou.

Dirigindo-se aos estudantes, o Dr. Rosário Fernandes, começou por dizer que “o trabalho não cai do céu, mas ele engendra-se em nós próprios. Nós temos faculdades naturais de propensão ao trabalho, a pior coisa é a ociosidade”. Mais adiante, o Dr. Rosário Fernandes disse aos estudantes que “O grande repto é fazermos formação académica com muita mestria e conhecimento, para que possamos ter resultados bons e competitivos, e estarmos à altura de nos dispormos ao mercado de trabalho, e ele próprio nos “comprar”.



Rosário Fernandes, queimando a sua fita



Segundo Fernandes, o estudante deve se questionar até que ponto está preparado para enfrentar o mercado de trabalho. Como uma das soluções para tal, Fernandes avança a necessidade de o estudante

fazer alguns estágios técnico-profissionais. “O que recomendo é que procuremos, mesmo com o diploma na mão, enriquecer ainda mais os nossos conhecimentos, com pequenos cursos de adaptação para

adequação prática, o que nos permitirá entrar no mercado de trabalho com mais tranquilidade”, salientou.[BT]



Rosário Fernandes, dirigindo-se aos seus “afilhados”



Momento do corte do bolo, com o estudante finalista mais velho, com 85 anos de idade.



Roberto Chitxondzo, dando o melhor da sua voz



Chico António, dando o gosto das suas músicas



Rosário Fernandes, interpelado por estudantes para dar autógrafos



Foto família com os estudantes finalistas

SEMANA DO ENSINO TÉCNICO

PRESIDENTE DA AT FALA AOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA JOSINA MACHEL

Por: Anacleto Bila



Rosário Fernandes, Presidente da AT

No dia 3 de Setembro do ano em curso, o Presidente da Autoridade Tributária proferiu uma palestra direccionada aos alunos da Escola Secundária Josina Machel, inserida na passagem da Semana do Ensino Técnico, que decorreu de 1 a 6 de Setembro corrente, com o lema “Mais técnicos, novas profissões com competências para Moçambique em constante desenvolvimento”.

O evento contou com a presença de diversos quadros da AT, o Chefe da Repartição de Ensino Técnico do Ministério da Educação, a Directora Pedagógica da escola agraciada pela palestra, e pelo público constituído por alunos e professores da mesma.

A palestra visava dar a conhecer aos alunos daquela escola o papel do ensino técnico, no que toca o desenvolvimento de competências para a empregabilidade. O Chefe da Repartição de Ensino Técnico do Ministério da Educação avançou que “com o saber fazer, mesmo sem empre-

go, mas quando tem conhecimento, tem competência e possível ter um rendimento pessoal”.

Por outro lado, o Presidente da AT considerou a celebrações da semana do ensino técnico, “um episódio histórico, particularmente, pelo protagonismo da sua celebração, onde, a sociedade civil, as empresas e o governo estabelecem uma plataforma comum de interacção elevada de cunho técnico, profissional, científico e cultural promovendo a escala nacional valores e métodos de investigação e pesquisa, criatividade, empregabilidade e empreendedorismo, valores vitais para o desenvolvimento económico e social do nosso país”.

De referir que no final da palestra, a AT abriu um espaço para a atribuição do NUIT aos alunos da Escola Secundária Josina Machel.[BT]



Chefe da Repartição de Ensino Técnico do Ministério da Educação, proferindo o seu discurso



Directora Pedagógica da Escola Secundária Josina Machel, desejando as boas vindas aos convidados



Parte dos presentes da tão concorrida palestra



Estudante, colocando questões ao palestrante



Estudantes, preenchendo formulário para adquirir o NUIT

INTERVENÇÃO DO EXMO SENHOR PRESIDENTE DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE DURANTE A SESSÃO DE PALESTRA SOB LEMA “ O PAPEL DO ENSINO TÉCNICO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS”

Permitam-me saudar, de forma solidária e efusiva, a Direcção da Educação e Cultura e o Ministério da Educação, pela iniciativa de realização da semana da Escola aberta, com repercussão em todo o país, sob o lema emblemático “ Mais Técnicos, Novas profissões com competências para Moçambique em constante Desenvolvimento”.

O lançamento da semana do Ensino Técnico, com duração de 1 a 6 de Setembro corrente, é, por si, episódio histórico, particularmente pelo protagonismo da sua celebração, onde a sociedade civil, as empresas e o Governo estabeleçam uma plataforma comum de interacção, eivada de cunho técnico-profissional, científico e cultural, promovendo à escala nacional, os valores e méritos da investigação e pesquisa, criatividade, empregabilidade e empreendedorismo.

Desde os primórdios da humanidade, e mais especificamente desde o início do primeiro milénio a.C., se concebe o ensino (oral ou escrito, erudito ou rudimentar), como o apanágio e o veículo mais eloquentes, da afirmação existencial e transaccional da espécie humana.

Países e lugares como o Egipto, Grécia, a Roma, o Médio e o Extremo Oriente, constituíram e constituem, fontes inesgotáveis de aprendizagem e conhecimento, e testemunhos vivos da interpretação histórica da educação e ensino milenares como factores evidentes da civilização e da culturacão social.

A exaltação dos hieróglifos do antigo Egipto, das primeiras letras do alfabeto árabe, da álgebra de Pitágoras, da geometria de Euclides, ou da astronomia de Galileu, como muitos vastos saberes filosóficos, se traduziram desde logo, em autenticas bibliotecas e enzimas do conhecimento, da civilização e cultura universal.

Em pleno feudalismo, na Idade Média, a educação físico-militar, empregando exercícios híbridos, como a dialéctica intelectual, a oratória e a natação, configuravam os argumentos de orgulho nacional dos príncipes régios do palácio real, e dos jovens nobres da teia aristocrática dominante.

Os progenitores, em especial os pais e

encarregados de educação, eram, desde logo, concebidos como os artífices primários dos seus filhos ou educandos, ao lhes transmitirem os rudimentos dos alfanuméricos, a educação física, as noções do direito, a filosofia e outros saberes.

Na idade Media, a Igreja (poder espiritual) suplantava o Estado Monárquico (poder temporal), particularmente pelo seu papel no controlo e administração do ensino (administração delegada), através de estabelecimento de corporações de artes e ofícios, em especial nas zonas periurbanas e rurais.

A Revolução Industrial dos séculos XVII-XVIII, não só prenunciou o século das luzes, como, nas relações institucionais, marcou uma nova era, na história Universal. O Estado (poder temporal ainda não republicano), passou a assumir a força da espada tornando o poder de Estado mais imperial, enquanto o poder espiritual, supremo e temível na Idade Média, se limitava ao poder da cruz, com, o qual expandia a fé, contra a expansão do império pelos novos Estados.

Os Séculos XIX e XX caracterizaram a desagregação do poder monárquico, contra uma cada vez maior afirmação do modelo do Estado Republicano, à escala mundial. O império Colonial Português, decidiu estabelecer a concordata, com a Santa Sé (Vaticano) em 7 de Maio de 1940, onde se estabeleciam os princípios e mecanismos da relação entre a Igreja (Católica, corrente predominante de então), e o Estado Republicano.

Com a Concordata, se estabeleciam os limites de actuação da responsabilidade social das Igrejas, cabendo sempre ao Estado a administração central da política de educação e do ensino técnico-profissional.

Este modelo caracterizou o período de transição da República de Moçambique, sobretudo pela prevalência do sistema e paradigma do ensino-aprendizagem da metrópole colonial, nas ex-colónias, cuja erradicação seria gradual, mas imperiosa, em razão das reformas do sistema nacional de educação e dos paradigmas, onde Cuba e Alemanha Oriental e Democrática, ganhavam primazia na inspiração.

Muitas centenas de compatriotas moçambicanas foram enviadas à Cuba (Ilha de Juventude), à Alemanha (Dresden, Magdeburg, Stassfurt, Berlim Oriental), ou à URSS (Moscovo), para formação técnico profissional ou superior.

Recorde-se apenas o que dizia o Diploma Legislativo n.º 238, de 17 de Maio de 1930, sobre o ‘ensino indígena’ (Cito);

“O ensino indígena tinha por fim elevar gradualmente da vida selvagem à vida civilizada dos povos autóctones das províncias ultramarinas “ (fim da citação).

Em 1960, o Cardeal Cerejeira, patriarca de Lisboa, em carta pastoral afirmava “ Tentamos atingir a população nativa em extensão e profundidade, para ensinar a ler, escrever ou contar, não para os fazer doutores, mas prisioneiros da terra, evitando sua migração para as cidades”

Impunha-se, pois, uma revolução radical, quantas vezes estrutural e epistemológica, rumo a um novo Sistema Nacional de Educação (numa visão integrada), e novos paradigmas de Ensino-Aprendizagem, à escala nacional.

A Independência Nacional, os programas do Governo de reconstrução, reabilitação e desenvolvimento das últimas três décadas, traduzem o rescaldo dessa revolução radical, à escala nacional.

Quantas escolas primárias, secundárias, técnico-profissionais, pré-universitárias, ou Universidades tínhamos em 1974? E quantas temos hoje, em 2014, a escala nacional?

ALGUMAS RESPOSTAS

Vejamos as 20 instituições de ensino técnico profissional existentes em 1974, destacando-se 5 institutos médios, 2 (duas) em Lourenço Marques 1 (uma) na Beira, 1 (uma) em Chimoio, 1(uma) em Tete:

- Instituto Comercial de Lourenço Marques;
- Instituto Comercial e Industrial da Beira;
- Instituto Industrial de Lourenço Marques;
- Instituto Agrário do Chimoio de Man-

- ica;
- Instituto Médio de Geologia e Minas de Tete;
- Escola Técnica elementar de Moçambique;
- Escola Técnica elementar de Porto Amélia;
- Escola Artes Decorativas Lourenço Marques;
- Escola Comercial Dr. Azevedo Silva;
- Escola Industrial Comercial da Matola;
- Escola Artes Ofícios Bela Vista;
- Escola Elementar Agricultura Nova Lusitânia;
- Escola Artes Ofícios Vila Manica;
- Escola Elementar Agricultura Manica;
- Escola Artes Ofícios Chimoio;
- Escola Elementar Agricultura Chimoio;
- Escola Artes Ofícios Vila Coutinho;
- Escola Elementar Agricultura Vila Coutinho;
- Escola Artes Ofícios Morrumbala;
- Escola Elementar Agricultura Morrumbala;

Em 2005 o governo traçou uma estratégia designada Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional (PIREP), monitorado e coordenado pela CIREP e COREP, como braço executivo da Reforma da Educação Técnico-Profissional.

Assim, estava teoricamente relançada, com novos contornos, a grande aposta para a educação dos cidadãos para o trabalho, com competências para a produção, através da massificação de instituições técnico-profissionais.

A Reforma da Educação Profissional (REP), iniciada em 2006, é a tentativa de dar resposta aos desafios da competitividade de Moçambique, tomando também em consideração o processo de integração regional na SADC. Uma melhor circulação de pessoas e bens pressupõe a formação de cidadãos profissionalmente competentes, de forma a construir uma economia competitiva, caracterizada por um elevado nível de qualidade de vida.

Pela primeira vez, se estabelece um nexo entre a necessidade de uma maior competitividade regional e global, e o desenvolvimento de recursos humanos qualificados a nível nacional.

Todavia, as estratégias e a expansão do ensino por si sós, pouco resolvem, se não forem acompanhadas de produção

de conteúdos programáticos adequados, bem como de instalações e equipamentos modernos, adaptados às imposições da

conjuntura económica e tecnológica, no quadro do desenvolvimento regional e da globalização.

GRADUADOS COM CERTIFICAÇÃO VOCACIONAL (2009-2012)

Foram graduados até a presente data 4.177 estudantes, com Certificação Vocacional, conforme a tabela que se seguem:

CERTIFICADO VOCACIONAL (CV)	CAMPO PROFISSIONAL	TOTAL	%
I Grupo	Agricultura e Agro processamento	1.245	29,81
	Hotelaria e Turismo	291	6,97
	Administração e Gestão	415	9,94
	Manutenção Industrial	403	9,65
	Agricultura e Agro processamento	659	15,78
II Grupo	Hotelaria e Turismo	179	4,29
	Administração e Gestão	291	6,97
	Manutenção Industrial	285	6,83
	Agricultura e Agro processamento	37	0,89
III Grupo	Hotelaria e Turismo	88	2,11
	Administração e Gestão	123	2,95
	Manutenção Industrial	161	3,81
TOTAL		4.177	100

Obs.: Só a agricultura e o agro-processamento, nos 3 grupos, equivaleram 46,48% quase metade dos graduados, demonstrando sentido de orientação estratégica.

Rede Escolar do Ensino Técnico Profissional (104 Instituições)

4 Institutos Superiores Politécnicos

- 48 Instituições públicas
 - 12 Escolas profissionais; e
 - 36 Instituições que leccionam os níveis básicos e médio;

- 32 Instituições semipúblicas
 - 23 Escolas profissionais e
 - 9 que leccionam os níveis básico e médio;

- 13 Instituições privadas
 - 1 Escola profissional; e
 - 12 que leccionam os níveis básico e médio;

- 7 Instituições tuteladas por outros sectores do governo (Ministérios)
 - 1 Escola profissional; e
 - 6 que leccionam os níveis básicos e médio.

Desde 2006 que tem havido uma ligeira evolução no número de graduados, tendo atingido um pico em 2009, de 8.744. A percentagem de graduados do sexo feminino é, em média, de cerca de 36%, com a seguinte evolução:

Ano	2006			2007			2008			2009		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Básico	4.231	1.906	6.137	4.036	1.765	5.801	4.649	2.117	6.766	5.030	1.966	6.996
Médio	77	36	113	644	202	846	990	222	1.212	1.348	400	1.748
Total	4.308	1.942	6.250	4.680	1.967	6.647	5.639	2.339	7.978	6.378	2.366	8.744

EDUCAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO

A rápida transformação imposta pelo mercado derivada sobretudo do uso das tecnologias de informação e de comunicação, exige que a indústria e os serviços estejam preparados para se adequarem rapidamente ao ambiente.

A globalização, já irreversível, torna as fronteiras transnacionais e implica uma competição universal, e apenas poderá sobreviver quem melhor estiver preparado técnico, tecnológica e cientificamente.

Neste cenário, são lançados vários desafios ao ensino técnico profissional, salientando – se, dentre outros:

- Permanente adequação e requalificação curricular;
- Formação virada para as prioridades da política económica, e do mercado;
- Formação diversificada, para acomodação dos diferentes ambientes do empreendedorismo;
- Implementação e expansão de novos paradigmas do primeiro emprego

tendo como denominador comum o direito ao trabalho e todas as oportunidades possíveis de emprego⁽¹⁾, envolvendo a diversidade dos sectores de actividade (primário, secundário e terciário), desde o campo à cidade.

Muito obrigado

Todos Juntos Fazemos Moçambique
Maputo, 03 de Setembro 2014

⁽¹⁾

Nunca desprezar qualquer trabalho minimamente digno, por mais modesto que seja, conquanto uma oportunidade de emprego.



A Cada Gota
Uma vida

**Doar Sangue é
salvar vidas**

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

PWC AVALIA FUNCIONAMENTO DA AT



Participantes do Workshop

No âmbito do projecto de Assistência Técnica para Actividade Mineira e Gás Natural em Moçambique, designado “Mining and Gas Technical Assistance Project - MAGTAP”, financiado pelo Banco Mundial, a PwC, empresa de consultoria, organizou no dia 19 de Setembro corrente, no Hotel Rovuma, um Workshop

de apresentação dos resultados intermédios do projecto.

O workshop teve como participantes, a equipa de consultoria da PwC – responsável pela apresentação dos resultados - membros do corpo directivo da Autoridade Tributária de Moçambique, entre

outros quadros da instituição.

Em suma, o workshop tinha como objectivo, além, do já mencionado, obter subsídios para a conclusão da definição do modelo de funcionamento da AT, no domínio da arrecadação das receitas fiscais dos sectores de Petróleo, Gás e Minas, bem como, apresentar os passos seguintes do projecto.

De referir que, a avaliação da AT feita pela PwC tem como base as boas práticas e teve como áreas de análise, a Gestão de Recursos Humanos, Estrutura e Organização, Arrecadação de Receitas e Execução, Auditoria Fiscal, Sistema de Gestão de Contribuintes, e Tecnologias de Informação.[BT]



APREENSÃO RECORDE DE COCAÍNA PELAS ALFÂNDEGAS DE DUBAI

No dia 25 de Setembro de 2014, cerca de 171,2 kg de cocaína, no valor de aproximadamente 54,5 milhões de USD, foram apreendidos pela Alfândega de Dubai no Porto de Jebel Ali. A droga estava escondida num carregamento de bananas provenientes da América do Sul.



Graças à vigilância dos inspectores da Alfândega e de utilização de tecnologia sofisticada, bem como dos sistemas de in-

formação e análise antecipada de risco, o contrabando foi interceptado, embora os contrabandistas tenham usado substâncias orgânicas para cobrir a carga de maneiras a evitar a detecção por scanners de Raios-X e dos Cães Sniffers.

Nos últimos cinco anos, a maior apreensão de drogas nos Emirados Árabes Unidos, foi registada num carregamento de 3.080 cartões de bananas no mesmo, disse Ahmed Al Khuroosi, Chefe de Inteligência nas Alfândegas de Dubai.

“Para o sucesso da operação foi mobilizada a equipa K9 para o local para verificar os itens confiscados tendo reagido positivamente. Do mesmo modo, o Laboratório Móvel das Alfândegas também foi chamado para realizar um exame de amostra e informou que a substância encontrada era cocaína”, acrescentou o Sr. Al Khuroosi. A luta contra as drogas ilícitas é parte da

estratégia da Alfândega de Dubai para garantir a saúde e a segurança da sociedade. [BT]



NOVO SISTEMA HARMONIZADO ENTRA EM VIGOR A 1 DE JANEIRO DE 2017



Alfândegas da Áustria

O Conselho de Cooperação da OMA reunida nas suas 123ª & 124ª Sessões, em Junho de 2014, adoptou uma Recomendação que contém as Emendas da Nomenclatura do Sistema Harmonizado de (SH) que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2017 (SH 2017).

Esta Recomendação foi promulgada nos termos das disposições do artigo 16 da Convenção do SH, o que implica que as Partes Contratantes do SH têm a partir de já, seis meses para notificar o Secretariado da OMA, sob qualquer objecção relativa a emenda recomendada.

Desde que a presente versão do SH (SH 2012) entrou em vigor, o Comité do SH tem feito as devidas revisões por um período de cerca de 5 anos. O SH 2017 será a sexta versão desde que a Convenção do SH entrou em vigor em 1983. A presente versão entrará em vigor para todas as partes contratantes, mas excluirá qualquer emenda objecto de contestação durante os seis meses do tempo regulamentado.

A nova versão do SH compreende 234 conjuntos de emendas, sendo as ligadas a questões ambientais e sociais, as de maior destaque, pela importância que o SH tem como ferramenta de colecta de estáticas e monitoria do comércio. Isso é confirmado pelo fato de que a Convenção HS ter actualmente cerca de 150 Partes Contratantes, tornando o mais bem sucedido instrumento internacional da OMA até ao momento.

Importa recordar que Moçambique está até ao momento a usar, para efeitos de trocas comerciais com outros países, a Versão SH 2007, estando a Versão

SH 2012 a aguardar a aprovação pela Assembleia da República.

A maioria das alterações recomendadas foram sugeridas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação (FAO):

- Alterações relativas a peixes e produtos da pesca se destinam a reforçar ainda mais a cobertura de espécies e formas de produtos que precisam ser monitorados para fins de segurança alimentar, e uma melhor gestão dos recursos;
- Alterações relativas aos crustáceos, moluscos e outros invertebrados são motivados pela importância do comércio e do consumo destas espécies nas suas diversas formas de produtos; e
- Alterações relativas a sépia e lulas

aumentam a abrangência dos actuais códigos SH para estas espécies, a fim de ter todas estas espécies agrupadas

A classificação dos produtos florestais também foi modificada, a fim de aumentar a cobertura de espécies de madeira e obter uma melhor imagem dos padrões de comércio. A modificação permitirá que os dados comerciais sobre a madeira tropical sejam identificados, resultando em melhores estatísticas sobre o comércio de madeira tropical e melhores dados sobre a utilização de madeiras não tropicais. Além disso, as alterações incluem novas posições para melhor monitoramento e controle de determinados produtos de bambu e rattan.

Além disso, as alterações do SH 2017 visam fornecer informações detalhadas sobre várias categorias de produtos que são usados como mercadorias anti-malária. Isso vai facilitar o trabalho de classificação, e o comércio desses produtos que salvam vidas.

As alterações também apresentam subtítulos específicos para facilitar a recolha e comparação de dados sobre o movimento internacional de certas substâncias controladas ao abrigo da Convenção sobre Armas Químicas.

Foram também criados novas posições para uma série de produtos químicos perigosos controladas ao abrigo da Convenção de Roterdão e para certos poluentes orgânicos persistentes (POPs) controlados no âmbito da Convenção de Estocolmo. Em alguns casos, há uma confluência de regimes de controlo para produtos químicos por ambas as



Alfândegas da Arábia Saudita

Convenções de Roterdão e Estocolmo

Além disso, novas posições foram criadas para o monitoramento e controle de preparações farmacêuticas contendo efedrina, falso efedrina ou no-rephedrine, e por alpha-phenylacetonitrile (APAAN), um pré-precursor de drogas.

Outras alterações resultaram de mudanças nos padrões de comércio internacional. As posições 69.07 (produtos cerâmicos não vidrados) e 69.08 (produtos de cerâmica vitrificada) foram fundidas para ter em conta o fato de que as principais posições dentro desses produtos preocupação títulos que, deixaram de ser fabricados, e a indústria e o comércio já não fazem uma distinção entre não vidrada e produtos de cerâmica vidrada, enquanto novos produtos com um volume de comércio muito alto sendo classificados nas subposições 6.907,90 e 6.908,90 (“Outros”).

Além disso, para efeitos de adaptação ao HS com as práticas comerciais correntes, alguns produtos importantes serão identificados separadamente em qualquer subtítulos novos ou já existentes.

Os avanços no tecnológico também se refletem nas alterações, nomeadamente, os critérios de tamanho de papel de jornal, diodo emissor de luz (LED) lâmpadas, circuitos integrados multi-componentes (MCOs) e híbridos, veículos híbridos e totalmente eléctricos.

Finalmente, o SH 2017 inclui alterações para clarificar os textos, para assegurar uma aplicação uniforme da nomenclatura. Por exemplo, o reagrupamento de monopods, bipods, tripés e artigos semelhantes em um novo título, ou seja, na posição 96,20.

Para mais informações, consulte a paginada OMA: <http://www.wcoomd.org/en/media/newsroom/2014/july/new-harmonized-system-standards-to-enter-into-force-on-1-january-2017.aspx> [BT]



Alfândegas dos Emirados Árabes Unidos



Alfândegas do México



Alfândegas do Zimbábue

MISS ENTRE ESCOLAS 2014 NA RECTA FINAL SUPEROU-SE...



Guinalda Manjate, a Grande Vencedora do Miss Entre Escolas, aluna da Escola Secundária da Liberdade

Já consagrado como um dos eventos que contribuiu para a descoberta de novos talentos na área da moda, o Miss Entre Escolas 2014, que já está em sua 9ª edição, foi encerrado dia 20 de Setembro, sábado, no Cine-África, depois de cerca de três meses de realização.

Para esta edição, o evento teve como vencedora Guinalda Manjate, de 17 anos de idade, aluna da Escola Secundária da Liberdade, levando consigo um laptop, um kit de beleza, frequência de cursos: bancário, Relações Públicas e inglês técnico, e, ainda, direito à carta de condução e estágio pré-profissional na Autoridade Tributária. O segundo lugar ficou para Elisabeth Langa, da Escola Secundária Joaquim Alberto Chissano da CMC, que levou um laptop, carta de condução, cursos e estágio. A terceira grande vencedora, Mufarança Bacar, teve mesmos prémios que as duas primeiras classificadas, com excepção do laptop. Por fim, o quarto e quinto lugares, Beatriz Joaquim e Nilza

Pita, respectivamente, tiveram apenas direitos a cursos de formação.

Engane-se quem pensa que esse evento é de amadores e não tem pernas para andar. A última gala provou-nos o contrário, se formos a verificar desde aspectos técnicos da organização (som e luz), enfatizando mais a performance dos concorrentes e dos artistas convidados, o Miss Entre Escolas 2014 esmerou-se! Ao longo desses meses houve uma melhoria significativa na actuação das candidatas a Miss e de outras modalidades – canto e dança, um aspecto que foi, também, realçado pelo corpo de júri constituído por: Kota Tíniro, Mário Tomás, Marília e José Chume. Agora, resta saber como o staff da organização do Miss Entre Escolas vai se posicionar - nas próximas ocasiões - em relação as anomalias detectadas ao longo dessa edição.

Refira-se que, a última Gala contou com diversas atracções, desde figuras políticas, quadros da AT, artistas convidados, encarregados de educação. Dentre as quais, destacam-se: Lucília Hama - governadora da cidade de Maputo; Horácio Simango, Lemos Formiga, Helmano Nhatitima, Natércia Manhente - quadros da AT; New Joint, Matilde Conjo, Lorena Nhate, Tíniro, Mr. Bow e DJ Júnior - artistas e outros espectadores que superlotaram a sala onde decorreu o show.

Trazendo como lema “Promovendo a Cidadania Fiscal”, essa edição levou ao público uma agenda diferente das edições anteriores compostas por actividades de promoção da cidadania fiscal - registo de NUIT's, desfile das misses, dança, poesia e canto.



Lucília Hama, Governadora da Cidade de Maputo, saudando a iniciativa do evento



Elisabeth Langa, segundo lugar, aluna da Escola Secundária Joaquim Alberto Chissano da CMC



Mufarança Bacar, terceiro lugar



Horácio Simão, Director Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, saudando as vencedoras



Pormenor do desfile

ARTIGO V/2014

VIABILIDADE DA ADOÇÃO DA MOEDA ÚNICA NO PROCESSO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA SADC

Por: Elaborado por José Cumbe e Karen Matimbe

1. Introdução

Nos primórdios dos anos 80 a liderança da SADCC, assumiu que a dependência económica em relação a África do Sul impedia o desenvolvimento dos Estados membros, tendo sido fundamental adoptar políticas que visassem integrar as suas economias, das quais foram determinados alguns objectivos gerais e tarefas específicas para cada Estado membro, (Murapa, 2002:155).

Em 1991 foi assinado o Tratado de Abuja que criou o quadro para a realização da integração económica regional dentro do continente africano, com o objectivo último de agregar totalmente o mercado africano numa União Económica e Monetária.

Em 1992, por meio do tratado de Windhoek em Namíbia, a SADCC transformou-se em SADC, (Murapa, 2002:156), o que veio galvanizar o processo de integração regional com objectivos mais sólidos no que concerne às diferentes fases do processo de integração regional, das quais inclui-se a adopção da moeda única como estratégia de desenvolvimento para os Estados membros.

2. Contexto

Para atingir-se o desenvolvimento socio-económico que se propõe alcançar, a SADC delineou um conjunto de planos e metas integrativas, que através da coordenação e cooperação intraestatal, se consideram passíveis de servirem de força motriz para o crescimento sustentável e equitativo da região.

Este esforço traduziu-se na elaboração de um Plano Indicativo Regional de Desenvolvimento Estratégico RISDP em 2003, através do qual se delinearam as modalidades de implementação das disposições previstas no Protocolo de Comércio (1996), e em que se estabeleceram marcos cronológicos para o cumprimento de diversos estágios de integração económica, (Murapa, 2002:4). É nesta ordem da dinâmica do processo da integração económica que assistimos diversos fora de debate em torno da sustentabil-

idade da fase da moeda única.

3. O Processo de Adopção da Moeda Única na SADC

Segundo Hartzenberg (2012, citado por Kaunda e Wache, 2012:3), o Protocolo das trocas comerciais é fulcral para a implementação da agenda de integração económica da SADC, e ao abrigo deste protocolo os Estados membros assumem o compromisso de estabelecer a Zona do Comércio Livre, o que os enquadra a agenda da integração económica regional da SADC no contexto das regras da Organização Mundial do Comércio para os acordos comerciais regionais.

Podendo prosseguir com o processo de integração na SADC que compreende a Zona de comércio livre em 2008, a União Aduaneira em 2010, o Mercado Comum em 2015, a União Monetária em 2016 e a moeda única em 2018, de acordo com a antiga calendarização do RISDP. A revisão do RISDP fornece uma oportunidade para um debate inclusivo e processo consultivo na abordagem da integração regional da SADC e estratégia de integração mais profunda.

4. Obstáculos em Torno da Adopção da Moeda Única na SADC

Como ponto de partida, importa referir o conjunto de metas de convergência macro-económica estabelecidas pelo RISDP:

Mais do que estas metas, existe um conjunto de etapas para a implementação da convergência económica da região, tais como (Chichava, 2005:7)

1. A Troca de informações sobre o desempenho económico corrente dos Estados membros;
2. O estabelecimento de um conjunto de indicadores para monitorar o desempenho económico de cada Estado membro;
3. Um consenso sobre as formas de encorajar os Estados membros para alcançar as metas e estarem de acordo com os intervalos previamente acordados.

Estas metas e etapas não têm sido cumpridas na sua íntegra por causa das disparidades económicas, assim como a fragilidade no

que diz respeito aos níveis de desenvolvimento humano entre os diferentes Estados membros da SADC o que leva a prolongar o tempo de materialização dos objectivos do RISDP.

Indicadores	2008	2012	2018
Taxa de Inflação	1 Dígito	5%	3%
Défice/PIB	< 5%	3%	3-1%
Divida/PIB	60%	60%	60%
Conta corrente/PIB	9%	9%	3%

Fonte: Chichava, José, 2005. A globalização e a Integração Regional na SADC.

O RISDP tem como premissa um modelo de integração linear com fases consecutivas de integração. Nesta ordem pelo menos duas etapas do processo de integração económica teriam que estar concluídas: Área de Comércio Livre 2008 e União Aduaneira 2010, no entanto, apenas a primeira cumpriu os prazos previstos pelo RISDP, tendo sido implementada num contexto em que já 85% do comércio intra - regional, se realizava a taxa zero no plano alfandegário, (Fresta e Tomassoni, 2013: 4).

A transformação em União Aduaneira não apenas falhou o prazo estipulado, como se mantém ainda por concretizar, sendo que um dos critérios do estágio anterior a liberalização total do comércio intra - regional ao nível tarifário, apenas concluiu-se em 2012. A questão das profundas disparidades nos níveis de desenvolvimento embora a região apresente taxas de crescimento impressionantes como Moçambique e Angola.

A outra questão que constitui obstáculo é o facto das economias dos Estados Membros da SADC não estarem estruturalmente adaptadas a promoção de objectivos comuns da região, cada Estado necessita de reformas para criar uma orientação apropriada que seja benéfica para a integração regional económica e o alcance de objecti-

vos da agenda comum.

5. Vantagens da Adopção da Moeda Única

- A eliminação das flutuações cambiais dentro da região deixando de haver incerteza cambial entre os Estados participantes, (Ferraz, 2002,258);
- Com entrada em vigor da UM os Bancos Centrais dos países participantes deixam de ter necessidade de manter elevados stocks de reservas cambiais porque não precisam de defender qualquer taxa de câmbio passando essa competência ao Banco Central da região, (Ferraz, 2002: 259);
- Quando a moeda única de certa região torna-se importante na arena internacional, será possível que as empresas dos Estados da região imponham a sua moeda como moeda de facturação o que dificilmente aconteceria fora da UM;
- Com a introdução da moeda única as empresas que fazem transacções na região deixam de estar sujeitas aos custos de transacções cambiais.

5.1 Desvantagens da Adopção da Moeda Única

No processo da criação da união monetária são visíveis algumas desvantagens que podem afectar os Estados membros, segundo, (Ferraz, 2002: 256-257) apresentam-se as seguintes:

- Perda dos instrumentos tradicionais de gestão da conjuntura, derivada da perda da autonomia na condução da política monetária e cambial. Pois, um estado que procura aumentar a sua competitividade face à exterior deixa de poder desvalorizar a sua moeda ou descer as taxas de juro, de forma a incentivar a procura;
- A questão de financiamento da despesa pública, com a cobrança de impostos onde os Estados da UM recorriam a empréstimos junto aos Bancos Centrais de forma a cobrirem as despesas através da emissão monetária feita pelo Estado partindo do banco central. Por conseguinte torna-se uma desvantagem para muitos países por não poderem correr a despesa pública sem que para isso tenham de recorrer aos impostos porque este género de empréstimo torna-se proibido em todos os países da UM.

6. Viabilidade da Adopção da Moeda Única

Uma moeda única é precedida pela implementação de programas de convergência macroeconómica específicos aos Estados

membros, em conformidade com as metas acordadas.

Também exige a liberalização das transacções da conta corrente e de capital entre os Estados Membros, e a adopção de um mecanismo harmonizado de taxa cambial. Todavia, o Protocolo da SADC sobre Finanças e Investimento que entrou em vigor em Abril de 2010, não se mostra eficaz na eliminação das barreiras à livre circulação de capital na região.

Perante estes factos sobre os factores endógenos que caracterizam os Estados membros da SADC como a disparidade económica entre os diferentes membros, e o facto de a região estar a seguir um modelo linear de integração não se mostra viável a fase da adopção da moeda única, nos prazos pré-estabelecidos.

6.1 Lições Para SADC Face a Experiência da União Europeia

A experiência europeia mostra que a integração económica, requer prontidão dos Estados membros para partilhar instituições comuns que supervisionam o projecto de integração bem como uma forte liderança política e especialmente assuntos económicos.

A moeda única poderá inicialmente criar uma entrada em grande escala de fundos a circular livremente por toda a região e isso poderá criar inflação de salários tal como aconteceu em Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha onde o nível de investimentos e de vida subiu mas com o Euro, este dinheiro fácil, criou desequilíbrios que esses países não poderão corrigir o que seria possível caso tivessem a sua própria moeda.

Assim sendo o deficit da balança comercial aumentou devido a esse dinheiro aparentemente fácil e forte, o Euro, e essas economias pequenas não poderão também desvalorizar a moeda. O facto de a região ter a desvantagem de possuir economia mais concentrada no dólar norte-americano que seria difícil de ser destronada, também tem sido um constrangimento.

7. Moçambique Face a Adopção da Moeda Única

Um banco central único significa á partida que o Banco Central de Moçambique perde a prerrogativa de controlar as taxas de juro. Ora vejamos se por ventura os níveis de inflação subirem em grande escala e Moçambique precisar de subir as taxas de juros já não poderá fazer, este é um dos exemplos do que aconteceu em Portugal e Irlanda na zona euro.

8. Reflexão

A SADC deve ser cautelosa na adopção da moeda única porque a experiência Europeia é muito evidente sobre a complexidade desta fase da Integração. Deve-se ter em conta a questão das assimetrias entre as economias dos Estados membros da SADC, por exemplo, a África do sul que é tida como potência regional poderá ter mais ganhos em detrimento de outros países com economias pequenas como é o caso da Swazilândia, Malawi. Mais do que isso na abordagem da convergência macroeconómica na SADC implica um cometimento dos seus Estados membros no sentido de trabalharem juntos de modo a gerir as suas economias de forma a atingir os objectivos da estabilização, crescimento, desenvolvimento, e competitividade em todos os Estados membros. Por fim, a consolidação da Zona do Comércio Livre deverá ser a etapa prioritária pois esta fase é a base para uma integração económica.

9. Bibliografia

1. Ferraz, António (2002): Economia Monetária Internacional Teoria e Prática, 1ª edição, Editora Escolar, Lisboa.
2. Chichava, José, (2005), A globalização e a Integração Regional na SADC, Maputo.
3. Kaunda, Jonathan Mayuyuka & Wache Paulo Mateus (2012): “ Relatório da Conferência do Grupo de Reflexão Sobre A Integração Regional” Secretariado da SADC & Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (2012): Maputo.
4. Murapa, Rukudzo (2002): A Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC) rumo a integração política e económica, 1ª edição, Africa University, Zimbabwe.
5. SADC (ed.), (2003), Regional Indicative Strategic Development Plan.

Portais Consultados

1. www.rm.com.mz acessado no dia 25 de Agosto de 2014.
2. http://www.academia.edu/4477163/SADC_Desafios_na_integracao_economica_e_o_gigante_sulafricano, acessado no dia 2 de Outubro de 2014.
3. https://www.cia.gov/liberation/publications/the_world/filds/2003.html, acessado no dia 1 de Outubro da 2014.

Divisão de Integração Regional

CONSELHO DA FISCALIDADE



DISCURSO DE ABERTURA DA XI SESSÃO DO CONSELHO DA FISCALIDADE

“Todos juntos, no exercício de uma cidadania fiscal participativa, como o mais inteligente paradigma de arquitectura de um estado soberano, forte, sólido, inclusivo e sustentável, fundado nos princípios mais elementares de equidade e justiça tributária.”



Rosário Fernandes, Presidente da AT

Exmo. Senhor Secretário Permanente

Exmo. Senhor Presidente do Concelho Municipal

Exmo. Membros do Conselho Superior Tributário, do Conselho Directivo e do Conselho da Fiscalidade da Autoridade Tributária

Ilustres Peritos de Reconhecido Mérito

Digníssimo e Magnífico Reitor da UniLúrio

Digníssimo representante da CTA e Associações empresariais

Ilustres Representantes das Instituições públicas e privadas

Ilustres Representantes das Autoridades Tradicionais

Digníssimos Representantes da Sociedade Civil

Distintos Representantes dos Par-

ceiros de Cooperação

Distintos Convidados

Minhas Senhores, Meus Senhores

Bom dia a todos os ilustres participantes e convidados, a esta XI Sessão do Conselho da Fiscalidade, que tem lugar, desta vez, neste histórico palco da cidade capital da Região Norte, Nampula.

Em nome da Autoridade Tributária de Moçambique, e em meu nome pessoal, agradeço o gesto caloroso de Boas Vindas, do Exmo. Senhor Presidente do Concelho Municipal da Cidade de Nampula, e as saudações amistosas do Exmo. Senhor Secretário Permanente do Governo Provincial de Nampula, em representação de Sua Excelência a Governadora da Província, que preside, neste momento preciso, a uma Sessão importante e inadiável do Governo Provincial.

Muito Obrigado, ilustres dignitários, pela soberba recepção.

Em jeito de retribuição, permitam-nos saudar e agradecer a vossa presença na Cerimónia de Abertura, e, de uma forma geral, a presença e participação de todos quantos se dignaram vir partilhar connosco, esta XI Sessão do Conselho da Fiscalidade, que se realiza sob o lema emblemático “Por um Conselho de Fiscalidade Protagonista de Políticas Tributárias de Justiça Social.”

Permitam-nos saudar, em particular, dirigentes e quadros, deslocados de outras províncias, ou distritos desta histórica provincial de Nampula, e que, hoje, se dignaram nos honrar com as suas presenças, ou partilhar suas experiências, como conselheiros e consultores da fiscalidade. O nosso muito obrigado.

O Conselho da Fiscalidade, Órgão de Consulta, é, anualmente, convocado, em cumprimento do estabelecido no art.10, cap. III, da Lei nº 1/2006, de 22 de Março, da Assembleia da República, que cria a Autoridade Tributária de Moçambique, para (citamos) “analisar e acompanhar a evolução do Sistema fiscal e das políticas tributárias, com vista a que se mantenham como instrumento decisivo de justiça social”(-fim da citação).

Por outro lado, o nº 5, art.10, Cap. III, da mesma lei, define formas de funcionamento do órgão, através da criação e implementação de Áreas Especializadas. O Estatuto Orgânico, estabelecido por Decreto nº 29/2006, de 30 de Agosto, já

revisto e aprovado pelo Conselho de Ministros, define as formas de actuação regular do Conselho da Fiscalidade, através das suas Três Grandes Áreas, designadamente (i) Tributação Interna, (ii) Tributação Aduaneira, e (iii) Acompanhamento da Reforma Tributária.

O mesmo articulado, na sua alínea f), nº 2, estabelece a figura de Perito de Reconhecido Mérito, fixando-lhe o requisito, perfil e enquadramento jurídico-legal, como Membro Permanente do Conselho da Fiscalidade, de pleno direito.

Tratando-se, o Conselho da Fiscalidade, de um Órgão eminentemente de consulta, e sendo a função dos Peritos essencialmente consultiva, estes são, de direito, convidados a preencher o presidium, ou manter uma representação neste, em todas as sessões ordinárias do órgão, desde a sua criação.

O Conselho da Fiscalidade, conta, presentemente, com os seguintes Peritos de Reconhecido Mérito:

- Dr. João Coutinho, ex-Director Nacional do Orçamento, actualmente Consultor Financeiro;
- Dr. António Souto, PCA do Banco Terra;
- Dr. Joaquim Ribeiro de Carvalho, ex-Ministro, ex-Director da Faculdade de Economia da UEM, ex-PCA e Administrador Bancário (ex-BPD e Banco Mundial), actualmente Consultor;
- Dr. Ângelo Macuácuá, Doutorado em Business Administration, actual Vice-Reitor da UEM e Professor; e
- Dr. Gama Afonso, Licenciado em Direito, ex-Presidente da Câmara de Despachantes de Moçambique, actualmente Despachante Aduaneiro e Membro Honorário da Câmara, em situação de aposentação, situação que levará o Conselho Superior Tributário a deliberar oportunamente pela substituição da qualidade de Membro do Conselho da Fiscalidade, por recomendação

expressa.

O Candidato proposto, em substituição do Dr. Gama Afonso, para apreciação nesta sessão, é o Dr. Dixon Chongo, Presidente eleito da Câmara dos Despachantes, cujo perfil será oportunamente divulgado para esse efeito.

Para além da Câmara de Despachantes, constitui igualmente parceiro estratégico da administração tributária, a Ordem de Contabilistas e Auditores, cujo elenco fora eleito há poucos meses, factos que saudamos.

Quer os Peritos de Reconhecido Mérito, quer os diferentes Conselheiros e Consultores do órgão, têm dado um contributo valioso e inestimável, para a melhoria dos índices de eficiência e prestação da administração fiscal, o que constitui fundamento bastante do nosso reconhecimento e do mais elevado sentido de gratidão.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A Assembleia da República, da presente legislatura, acaba de aprovar o Orçamento Rectificativo (OR) 2014, sujeito, ainda, a promulgação do Senhor Presidente da República, e publicação em Boletim da República, em resultado da revisão da Lei nº 1/2014, de 7 de Janeiro, que aprova o Orçamento do Estado 2014.

Os dados aprovados, fixam a Tabela Global pós-OR de Despesas Públicas em aprox. 249,1 Mil milhões de Meticais, contra uma Tabela Global pós-OR de Receitas Públicas, de aprox. 153,1 Mil milhões de Meticais, o que vale dizer prever a cobertura global das despesas públicas pela arrecadação fiscal doméstica, em 61%, conta 39% de deficit orçamental, a ser coberto pelo endividamento externo e interno (eventual emissão de títulos do tesouro, em casos extremos), e donativos.

O diferencial que resultara da revisão do Orçamento do Estado (OR), será aplicado, em mais de 3 mil milhões de Meticais, em educação e saúde, agricultura, transportes públicos urbanos, e infra-estruturas (só estas empregarão 55%), dentre outros, o que vale dizer destinados a reforço de verba com os bens e serviços básicos, não contemplados no orçamento antes do rectificativo.

O esforço adicional da administração tributária, situar-se-á na casa dos 4%, cuja fonte assentara no reforço da recuperação de receitas por evasão fiscal, nos saldos da tributação das mais-valias já liquidada, bem como nas remessas expectadas das tributações extraordinárias, em execução e em carteira, nas proporções estimadas, até 31 de Dezembro de 2014 corrente.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Em termos acumulados, de 1 de Janeiro a 31 de Julho passado, cometemos a proeza de sobrecumprir tangencialmente a Meta da Lei Orçamental, ao situarmos o cumprimento dos primeiros 7 meses, perto da casa dos 100,7%, com a arrecadação acumulada de mais de 89,6 Mil milhões de Meticais, ou seja o equivalente a 58,5% do Orçamento Anual (incluindo o OR), e superando em 34% igual período do ano transacto.

Paralelamente, a cadastração fiscal, em todo o País, situava-se até 10 de Agosto passado, em mais de 3,002,000 NUITs, equivalendo a sensivelmente 7,7 vezes mais, quanto comparada com a cadastração acumulada até 31/12/2006, ano da criação da Autoridade Tributária. Em 31 de Julho passado, a cadastração acumulada equivaleu a um crescimento de 23%, quando comparada a igual período do ano transacto.

A intensificação, massificação e a inclusão total, da campanha a todo o terreno, da educação fiscal e popu-

larização do imposto, contribuem de forma decisiva, para a reprodução do cadastro fiscal, no quadro da política pública de alargamento da base tributária.

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A presente XI Sessão, comportará:

- 11 pontos de situação, sobre aspectos vários da vida da instituição, desde receitas, tributação de mais valias, dívida tributária, reembolsos, modernização tecnológica (e-Tributação, JUE, Central de Atendimento, nova página Web da AT, máquinas fiscais electrónicas, inspecção não intrusiva, posto de fronteira única), criação de novas unidades de grandes contribuintes, projecto de instituição de Escolas Superiores de especialidade, e memorandos/ protocolos de entendimento com terceiros;
- 3 palestras, sobre temas de actualidade diversos;
- Lançamento de banda desenhadas com motivações histórico-tributárias;
- Lançamento do draft do Boletim de Estatística Tributária 2012/2013; e
- Assinatura de 2 Memorandos – 1 Associação Cultural e 1 Instituto Superior privado.

Minha Senhoras, Meus Senhores

As acções em curso de tributação de mais-valias, ocorrem por imperativos do Direito Tributário Nacional, cabendo a todos os actores, quer negociando em ambiente do território nacional, quer no estrangeiro, conquanto se reportando aos activos ou participações accionistas envolvendo património ou interesses da ou na República de Moçambique, saber que é devido o imposto, e su-

jeitarem-se às obrigações tributárias daí decorrentes, ou, no incumprimento, às medidas penais fixadas pela legislação aplicável.

Os actores de negócios patrimoniais não devem ludibriar, nem o Estado, nem seus parceiros comerciais, devendo prestar as declarações autênticas e leais, quanto aos inventários e valores contabilísticos das transacções, as mais e menos valias patrimoniais, incluindo nestas as amortizações e reintegrações reguladas por lei, para efeitos da determinação da matéria colectável, liquidação e apuramento do imposto a pagar.

O Estado, em defesa do património nacional, não poderá aceitar, em caso nenhum, exercícios contabilísticos de má fé, com a clara intenção de deturpar a matéria colectável.

O mercado internacional de carvão, como qualquer mercado, está sujeito às flutuações dos preços e termos de troca. Nem magia negra, nem magia branca, podem vaticinar os cenários dos próximos 5-10 anos. Não nos compete, nem como académicos, nem como políticos, em profetizar, nem dramatizar as variações da conjuntura internacional.

A presente Sessão, na abordagem deste tópico, está convidada a produzir sugestões e recomendações ao Estado, que importem o exercício incondicional, pelos diferentes actores da fiscalidade, de declarações leais e justiça tributária.

A nossa expectativa para os trabalhos da presente XI Sessão, e de que todos possamos abordar de forma sábia e sumária os diferentes tópicos, proceder a debates ou esclarecimentos com elevado índice de aproveitamento das ilações, lições, recomendações e propostas, para deliberações em sede dos órgãos colegiais competentes.

As propostas podem incluir ante-projectos de diplomas jurídico-legais, com implicações na formulação de novas políticas públicas tributárias, ou na revisão das políticas e procedimentos em vigor, a vários títulos. É, pois, essa, uma das maiores incumbências deste órgão de consulta.

Permitam-nos enaltecer, aqui, o papel incomensurável desempenhado pelos Ministérios, Bancos, Bolsa de Valores, CTA, Associações empresariais em geral, as academias, os estudantes e estagiários, as congregações religiosas, o Sector Informal, a Sociedade Civil em geral, e a Comunicação Social, pela sua intervenção contundente mas pró-activa na reflexão sobre a actual fiscalidade e suas externalidades sociais, bem como nas imposições de reforma do sistema tributário nacional, para uma cada vez melhor justiça tributária e social.

TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

Declaro nestes termos aberta a XI Sessão do Conselho da Fiscalidade da AT 2014.

Nampula, aos 15 de Agosto de 2014

O PRESIDENTE DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE MOÇAMBIQUE

ROSÁRIO B.F. FERNANDES



XI SESSÃO DO CONSELHO DA FISCALIDADE

“Por um Conselho da Fiscalidade protagonista de políticas tributárias de justiça social”

Nampula, 15 de Agosto de 2014



III FESTIVAL DE JOGOS TRADICIONAIS**A MARCA TRIBUTÁRIA MADE IN CHANGALANE**

O Posto Administrativo de Changalane, no Distrito de Namaacha, Província de Maputo, viveu, no passado mês de Agosto, momentos marcantes que farão parte da sua história para sempre, com a realização dos III Festival de Jogos Tradicionais.



O evento, cheio de magia, em que participaram delegações de oito distritos da Província de Maputo e a delegação do Posto Administrativo de Changalane como convidada especial, contou com a presença de milhares de pessoas, presidido pelo secretário permanente da província, Mário Inácio Onia, em representação da Governadora.

Changalane localiza-se a cerca de 60 km da Cidade da Matola e a agricultura e pecuária é o seu forte. Nesse dia, todos os residentes largaram os seus afazeres para testemunhar um facto inédito para história daquele posto administrativo e alguns tiveram pela primeira vez a oportunidade de obter o NUIT na banca da AT instalada para o efeito. A fila era enorme, o que demonstrava a vontade que o povo de Changalane tem para contribuir para a satisfação das despesas públicas. Dúvidas

sobre o Imposto e sugestões vinham sobre a sua cobrança por parte dos participantes que lotaram a banca da AT. Boa carne, pratos e bebidas “da casa” foi o brinde oferecido aos convidados, tudo Made in Changalane. Foi mesmo uma festa para recordar nos próximos anos.

Desfilaram cerca de 17 jogos, nomeadamente Ntchuva, Muravarava, Dama, Hulela, Maguedlhane, Matlwane, Xivuané, Caça ao Tesouro, Neca, Mathacuzana, Cheia, May God, Salto a Corda, Corrida de Sacos, Teca Teca, Xinguerenguere e Berlindes. Para os mais velhos, estes jogos faziam recordar aos participantes a sua infância e uma parte da sua vida.

Para além da AT, que na cerimónia procedeu ao registo de 272 novos contribuintes e distribuiu diversos panfletos e desdobráveis, estiveram presentes o

Serviço de Identificação Civil que emitiu 178 Bilhetes de Identidade, o Registo Civil que emitiu 80 Bolentins de Nascimentos, o Núcleo Provincial de Combate ao SIDA e o Gabinete Provincial de Combate a Droga, que na ocasião divulgaram as suas actividades.

João Bata e Dr. Míngos foram os músicos do Imposto, que na ocasião para além das músicas sobre o Imposto, brindaram aos participantes com músicas do seu vasto repertório.

Os vencedores dos jogos tiveram a sua premiação garantida, sendo o grande vencedor dos jogos a delegação do Posto Administrativo de Changalane, fazendo fé o velho ditado “em minha casa quem mando eu”. Os premiados

receberam rádios, telemóveis, televisores e computadores.[BT]



25

SETEMBRO

dias das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

Lxistem acontecimentos, momentos e datas que jamais deixarão de fazer parte da história de um país. Moçambique é um país com uma história rica, bela, e acima de tudo, recente. Foi num passado próximo, sensivelmente há 50 anos, no dia 25 de Setembro de 1964, que se deu início à Guerra pela Independência de Moçambique, que livrou o país da dominação colonial portuguesa.

Mas, antes de nos debruçarmos sobre a data, importa lembrar o contexto histórico que conduziu a esse período conturbado para o povo moçambicano.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial e a aprovação da Carta das Nações Unidas, as várias potências coloniais europeias encetaram, de forma mais ou menos pacífica, a via da negociação e da transferência de poderes.

Em Portugal, o Estado – dirigido por Salazar – viu-se obrigado a rever a sua política colonial, o que resultou num conjunto de reformas que acabaram por não ter grande impacto em Moçambique. Na prática, visavam, sobretudo, atenuar as pressões internacionais e calar as vozes que, tanto em Portugal como em Moçambique, exigiam uma solução para a questão colonial. Salazar, apesar de várias pressões, conseguiu manter uma política isolacionista, profundamente centralizadora e integracionista.

Em Moçambique e outros países africanos, assim como em Portugal e França, formaram-se várias associações de moçambicanos, geralmente ao redor dos mais escolarizados, que exerciam uma grande influência sobre a juventude e grupos socioprofissionais. Da congregação dessas associações surgiu a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 25 de Junho de 1962, sob presidência de Eduardo Mondlane.

A 25 de Setembro de 1962 realizou-se o I Congresso da FRELIMO, que estabeleceu a unidade política e defendeu o princípio da luta armada como a única via possível para alcançar a independência (tentativas anteriores, com base no diálogo, haviam falhado).

Seguiu-se um período de preparação para o de-

sencalear da luta, que incidiu em quatro vertentes – educação, divulgação, diplomacia e preparação político-militar.

Com vista à educação dos quadros, em 1963 foi criado, em Dar-es-Salaam, o Instituto Moçambicano para acolher jovens, muitos deles em fugas organizadas pelo NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique), outros foram colocados no exterior com bolsas de estudo.

Para divulgação dos objectivos da Frente, foram criados centros no Cairo, Argel e Lusaka. Ainda em 1963, a FRELIMO criou, em Dar-es-Salaam, o Boletim Informativo (que posteriormente, designou-se Voz da Revolução, em Junho de 1965). A nível da diplomacia, Eduardo Mondlane visitou a União Soviética e a China, ainda em 1963.

Por fim, quanto à preparação político-militar, em Janeiro desse ano, seguiu para a Argélia o primeiro contingente de moçambicanos, recrutados, sobretudo, nas plantações de sisal da Tanzânia. Este grupo, constituído por 50 homens, foi chefiado por Filipe Samuel Magaia. Em meados desse mesmo ano, seguiu um segundo grupo, oriundo do interior, chefiado por Samora Machel. Em Maio de 1963, foram enviados pequenos

grupos para URSS e China, com vista a receberem formação militar. Com o regresso do primeiro grupo, em finais de 1963, foram criados campos de treino na Tanzânia.

Esta intensa preparação político-militar levou ao desencadear da Luta Armada de Libertação Nacional, a 25 de Setembro de 1964, com ataque, dirigido por Alberto Joaquim Chipande, ao Posto Administrativo de Chai, na província de Cabo Delgado, acompanhado de uma proclamação solene de desencadeamento da guerra. Os 250 guerrilheiros do início da guerra transformaram-se rapidamente em vários milhares.

A guerra colonial (luta de libertação nacional) acabou em 1974, altura do golpe do 25 de Abril em Portugal, que abriu um período de transição e culminou na independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975.

Fonte: <http://epm-celp.blogspot.com/2009/09/25-de-setembro-de-1964-dia-do-inicio-da.html>

